

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.755 - MG (2019/0299393-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCOS HENRIQUE INACIO TORQUARTO DA SILVA
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCOS HENRIQUE INACIO TORQUARTO DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Consta dos autos que o paciente teve suspensa as penas restritivas de direitos em razão de nova condenação por pena privativa de liberdade.

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução requerendo a conversão das restritivas de direitos em privativa de liberdade, o qual foi provido nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 88):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE - CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE - NECESSIDADE INCOMPATIBILIDADE DO CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. Estando o reeducando em cumprimento de pena restritiva de direitos e sobrevindo condenação à pena privativa de liberdade, pela prática de outro crime, impõe-se a conversão daquela, quando não for possível, ao réu, o cumprimento simultâneo das reprimendas.

Na presente impetração, a defesa argumenta que "*a conversão da pena privativa de liberdade em penas restritivas de direitos foi proporcional ao delito cometido. Convertê-la, agora, em pena privativa de liberdade, quando seu cumprimento é perfeitamente compatível com a execução, parece ser desproporcional e arbitrário, já que o mal provocado pela pena certamente será maior do que o mal provocado pelo sentenciado*" (e-STJ fl. 6).

Diante disso, pleiteia a defesa, em liminar, seja suspenso o acórdão

Superior Tribunal de Justiça

impugnado até o julgamento de mérito deste writ e, no mérito, "*seja concedida a ordem para que seja executada a pena mais grave e posteriormente, sejam executadas as penas restritivas de direito*" (e-STJ fl. 13).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator